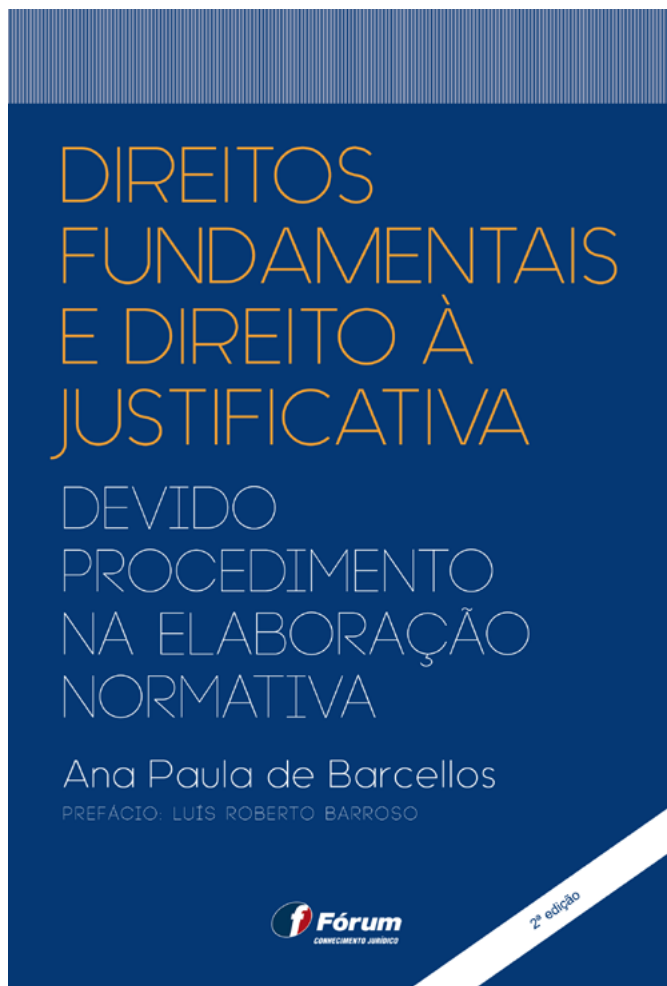


**Autora**  
Ana Paula de Barcellos

**DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E  
DIREITO À JUSTIFICATIVA**  
Devido Procedimento na  
Elaboração Normativa

**Área específica**  
Direito Constitucional.



Este livro se ocupa de um tema ainda pouco explorado no direito contemporâneo: o impacto dos direitos fundamentais sobre o processo de elaboração normativa no âmbito do Estado. A autora sustenta a existência de um direito fundamental a receber justificativa sobre a criação de normas e o dever correlato de respeito a um Devido Procedimento na Elaboração Normativa (DPEN). Para além das exigências tradicionais de competência e quórum, o DPEN exige a apresentação pública de justificativa capaz de responder a algumas perguntas básicas: Qual o problema que a norma em discussão pretende enfrentar? Quais os resultados esperados e como se poderá monitorá-los? Quais os custos e impactos antecipados?

O livro discute a fundamentação desse direito à justificativa, seu conteúdo específico, seus destinatários e sua eficácia jurídica, expondo as consequências práticas de sua aplicação para a democracia brasileira, sobretudo no que diz respeito à dinâmica da atuação dos Poderes Executivo e Legislativo.

No registro feito pelo Ministro Luís Roberto Barroso no prefácio desta obra: "A agenda do direito constitucional brasileiro, nos últimos anos, tem tido seus registros centrais em discussões acerca da judicialização, da legitimidade democrática da jurisdição constitucional e dos mecanismos de tutela dos direitos fundamentais. Como pano de fundo de todas essas discussões, tem-se o momento de persistente desprestígio vivido pela política majoritária e pelo Poder Legislativo. O trabalho de Ana Paula de Barcellos, sem fugir desses temas relevantes, procura mudar o foco, transferindo-o das instituições judiciais para as instituições políticas. Ao reconhecer os limites e as possibilidades de atuação do Poder Judiciário, sua tese procura revalorizar a política. Nada mais original e necessário".

**Áreas afins**

Processo Legislativo; Direito Constitucional; Direito Público; Direitos Fundamentais; Direitos Humanos; Legística.

**Público-alvo/consumidores**

Alunos de pós-graduação em geral.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001179

B242d

Barcellos, Ana Paula de

Direitos fundamentais e direito à justificativa: devido procedimento na elaboração normativa / Ana Paula de Barcellos. 2 ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

291p.

ISBN 978-85-450-0255-0

1. Direito Constitucional. 2. Direito Público. 3. Direitos Humanos. 4. Direitos Fundamentais. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BARCELLOS, Ana Paula de. Direitos fundamentais e direito à justificativa: devido procedimento na elaboração normativa. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 291 p. ISBN 978-85-450-0255-0.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
O CICLO DA VIDA	
<b>Luís Roberto Barroso</b> .....	13
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO .....	19
CAPÍTULO II	
A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO CAPAZ DE PROMOVER DE FORMA SUSTENTÁVEL E EQUITATIVA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS. LIMITES E POSSIBILIDADES DA JURISDIÇÃO. O NECESSÁRIO RETORNO DO DIREITO CONSTITUCIONAL ÀS INSTÂNCIAS MAJORITÁRIAS .....	23
2.1 Direitos fundamentais: onde estamos? .....	30
2.2 A necessidade de um Estado capaz de promover de forma sustentável e equitativa os direitos fundamentais .....	36
2.3 Limites e possibilidades da jurisdição na promoção sustentável e equitativa de direitos. O necessário retorno do Direito Constitucional às instâncias majoritárias .....	42
CAPÍTULO III	
UM NOVO PAPEL PARA O DIREITO CONSTITUCIONAL: FOMENTO À DEMOCRACIA NOS ESPAÇOS MAJORITÁRIOS .....	55
CAPÍTULO IV	
DIREITO CONSTITUCIONAL A UM DEVIDO PROCEDIMENTO NA ELABORAÇÃO NORMATIVA: DIREITO À JUSTIFICATIVA .....	73

4.1	O direito constitucional a um devido procedimento na elaboração normativa.....	73
4.2	Por que um direito constitucional a um devido procedimento na elaboração normativa no Brasil?.....	83

## CAPÍTULO V

### FUNDAMENTAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL A UM DEVIDO PROCEDIMENTO NA ELABORAÇÃO

NORMATIVA .....	91	
5.1	O direito fundamental a receber justificativas .....	92
5.2	O respeito, a proteção e a promoção dos direitos fundamentais levados a sério.....	100
5.3	Os princípios constitucionais republicano e democrático .....	105
5.4	Princípios do Estado de Direito e do devido processo legal.....	111
5.4.1	O processo legislativo constitucional e o devido procedimento na elaboração normativa.....	120
5.5	O dever constitucional de publicidade e o direito constitucional de acesso à informação .....	128

## CAPÍTULO VI

### CONTEÚDO DO DIREITO CONSTITUCIONAL A UM DEVIDO PROCEDIMENTO NA ELABORAÇÃO NORMATIVA (DPEN):

DIREITO À JUSTIFICATIVA .....	141	
6.1	Direito à justificativa: razões e informações .....	145
6.1.1	Razões e democracia plural.....	153
6.1.2	Informações e a limitação do conhecimento.....	166
6.2	Elaboração normativa: do que se trata afinal?.....	169
6.3	Conteúdo mínimo da justificativa exigida pelo devido procedimento na elaboração normativa.....	173
6.3.1	Primeiro conteúdo mínimo: qual o problema que a norma pretende enfrentar? .....	174
6.3.2	Segundo conteúdo mínimo: quais os resultados pretendidos com a medida proposta?.....	181
6.3.3	Terceiro conteúdo mínimo: quais os custos e impactos da medida proposta? .....	190
6.3.4	Publicidade e memória .....	198
6.4	Procedimentos adicionais do direito constitucional ao devido procedimento na elaboração normativa.....	202

## CAPÍTULO VII

### EFICÁCIA JURÍDICA DO DIREITO CONSTITUCIONAL A UM DEVIDO PROCEDIMENTO NA ELABORAÇÃO

NORMATIVA .....	211	
7.1	Destinatários do direito e dos deveres correlatos .....	213
7.2	Eficácia jurídica do direito constitucional ao devido procedimento na elaboração normativa.....	217
7.3	O que o direito constitucional ao devido procedimento na elaboração normativa não é.....	228

## CAPÍTULO VIII

### EXAMINANDO ALGUMAS CRÍTICAS AO DIREITO CONSTITUCIONAL AO DEVIDO PROCEDIMENTO NA ELABORAÇÃO NORMATIVA .....

8.1	A crítica da inutilidade. Uma resposta .....	231
8.2	A crítica do prejuízo à lógica política própria do Legislativo.	

	Uma resposta.....	234
8.3	A crítica do agigantamento do papel do Judiciário. Uma resposta.....	239
8.4	A crítica de um novo originalismo. Uma resposta .....	241
8.5	A crítica do possível uso conservador. Uma resposta.....	243

#### CAPÍTULO IX

	UM PROBLEMA PARALELO AO DPEN: UM REFLEXÃO PRELIMINAR SOBRE AS PRERROGATIVAS DAS MINORIAS PARLAMENTARES EM UMA DEMOCRACIA E AS QUESTÕES <i>INTERNA CORPORIS</i> .....	249
--	---	-----

	CONCLUSÕES.....	263
--	-----------------	-----

	REFERÊNCIAS.....	273
--	------------------	-----